

negativa em R\$ 56,003 bilhões do PIB no primeiro trimestre, ou seja, apresenta nível mais elevado desde a implantação do Plano Real, continuando problema grave e ainda por solucionar. Temos ainda que, o superávit anunciado para o último mês de março está artificialmente inflado pela entrada de receitas extraordinárias de pagamento de impostos atrasados realizados pelos Bancos de R\$ 3 bilhões, mais de R\$ 2,3 bilhões obtidos com concessão de serviços telefônicos, além de R\$ 710 milhões da conta-petróleo retirados da PETROBRAS, que vai diminuir ao longo do ano devido a elevação dos preços internacionais do petróleo.

Desse modo, apesar do quadro presente não apresentar os resultados negativos esperados, não estamos de volta ao "paraíso". A discussão atual sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira e sua solidez, depois que o câmbio foi desvalorizado e passou a flutuar, tenta novamente nos convencer das virtudes do "projeto liberal de modernização do país". Entretanto, como demonstra Coutinho, mesmo se surgir fundamentos para essa nova onda de euforia, a retomada do crescimento não encontrará sustentabilidade a mais longo prazo.

O Brasil necessita reformas (é imperativo neste momento), objetivando o desenvolvimento. Se faz necessário a elaboração e implementação de políticas industrial, agrícola, de comércio exterior e de tecnologia firmes e bem articuladas. E, como salienta ainda Coutinho, há, além disso, o desafio simultâneo de financiar o aumento dos investimentos com mais poupança doméstica. Assim, o momento atual exige uma nova política: a busca do desenvolvimento e não o aprofundamento das "reformas neoliberais" ●

* Samuel Costa Filho é professor de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

BRASIL: CORRUPÇÃO, DÉFICIT PÚBLICO E OUTRAS MAZELAS

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA *

O economista e professor Otávio Gouveia de Bulhões costumava afirmar que o Brasil jamais afundaria, como apregoava os que tinham por hábito uma postura pessimista, porque o País era muito maior do que o buraco. Mas esta constatação hoje em dia não parece ser tão convincente assim como no tempo do professor Bulhões. É que diante da inoperância do governo a corrupção está se alastrando, adotando métodos mais sofisticados e abrigando-se à sombra de normas legais ultrapassadas para países que desejam efetivamente ingressar na modernidade. Com isto, cava-se um buraco que um dia poderá ter um tamanho maior que o Brasil.

Dois fatos recentemente noticiados pela imprensa, afora um montão de outros já bem conhecidos do público, têm evidenciado cada vez mais a necessidade de uma urgente e profunda reforma institucional no País. Refiro-me, em primeiro lugar, às investigações realizadas por um diligente procurador da República no Estado do Paraná sobre as famosas contas CC-5, cujos resultados preliminares evidenciam a antiga suspeita de que, por meio da utilização de um instrumento criado pelo Banco Central, a remessa de divisas para o exterior através de "laranjas" esconde na verdade um lucrativo segmento de atividades ilícitas envolvendo o narcotráfico, corrupção e tráfico de armas, além de outras realizadas por cidadãos brasileiros.

Em países capitalistas avançados, essas remessas são cuidadosamente monitoradas por órgão do governo, além de

ser obrigatória a declaração do envio de quantias em montante superior a certo limite. De outro lado, o sigilo bancário não impede a atividade de fiscalização tributária. Infelizmente, este não é o caso de nosso País. Aqui, o sigilo bancário serve como um instrumento útil e legal para acobertar a sonegação fiscal e obtenção de isenções ilegítimas no envio de divisas, acarretando graves distorções na distribuição da carga tributária entre a população. Há uma sobrecarga sobre os assalariados e, principalmente, sobre os mais pobres.

"...O SIGILO BANCÁRIO SERVE COMO UM INSTRUMENTO ÚTIL E LEGAL PARA ACOBERTAR A SONEGAÇÃO FISCAL E OBTENÇÃO DE ISENÇÕES ILEGÍTIMAS NO ENVIO DE DIVISAS..."

O outro fato diz respeito aos desvios de recursos do fundo de valorização do magistério, criado pelo governo federal com o objetivo de melhorar os míseros salários pagos aos professores pela grande maioria dos municípios brasileiros. Em tão pouco tempo de existência, já há em muitos estados comissões encarregadas de averiguar desvios evidentes de recursos do referido fundo por parte das prefeituras. Observa-se, por exemplo, o quanto é comum entre os governos municipais contratarem-se empresas de serviços educacionais para ministrar cursos de qualificação de professores a preços completamente fora da realidade dos custos, evidenciando um

inescrupuloso processo de superfaturamento. Os únicos beneficiados são, enfim, os velhos conhecidos da política brasileira.

É triste perceber-se que não há limites para a corrupção no País e que a impunidade continua a estimular um acintoso assalto ao patrimônio público. Novas e vultosas riquezas são forjadas à sombra dos privilégios e favores governamentais. Enquanto isso, o Brasil está mergulhado numa recessão sem precedentes em sua história. O déficit público, alimentado pela corrupção e pela política de juros patrocinada pelo governo, alcança níveis alarmantes, não obstante o arrocho salarial imposto ao funcionalismo público, o qual foi eleito pelo tucanato como vilão preferencial dos desajustes verificados nas contas públicas. Os fatos narrados mostram mais uma vez de forma inequívoca a vigência de uma política que se caracteriza por uma inconsistência entre o diagnóstico, o discurso empolado e a ação. As reformas institucionais, que deveriam ter sido realizadas logo após a implantação do real, foram preteridas em favor do projeto de reeleição do presidente da República. Os efeitos dessa decisão podem ser sentidos hoje pela população que passa por grandes dificuldades: desemprego, falta de assistência à saúde, educação pública precária, concentração de renda agravando-se, violência social e, pior, uma completa falta de perspectiva quanto ao futuro próximo. O atual governo ausentase até mesmo de atividades que são típicas do Estado a pretexto de modernizar a gestão pública. Enquanto isso, o buraco está sendo escavado...●

* *Almir Bittencourt da Silva* é professor de economia /UFPI, Mestre em Teoria Económica/CAEN

A ECONOMIA E A GUERRA

CARLOS MIRANDA NOVACK *

O nazismo, a versão alemã da ideologia fascista, fundamentava-se economicamente no desenvolvimento de um intenso programa de reativação da produção daquele país (arrasado pela 1ª Guerra Mundial), via indústria armamentista. Como o aumento contínuo da produção deste setor era necessário para garantir o pleno emprego na economia alemã, fazia-se mister que estas armas fossem destruídas, e, conseqüentemente substituídas por novos armamentos, assegurando desta forma, a demanda da produção bélica.

Os Estados Unidos da América do pós-guerra adotaram este modelo nazista de implemento à indústria bélica através de guerras. O advento da "Guerra Fria" justificava os recursos empregados em novas pesquisas tecnológicas deste setor, bem como a absorção da sua produção pelo setor governamental. No entanto, esta parceria entre o governo norte-americano e sua indústria armamentista não parou por aí.

As guerras da Coreia e do Vietnã impulsionaram os lucros desta indústria, porém com a forte oposição popular interna, que não admitia ver seus compatriotas morrendo numa guerra distante e sem sentido, o governo norte-americano mudou a estratégia e incrementou seu apoio às revoluções (e contra-revoluções) e às guerras nos países do terceiro mundo.

Com o fim da "Guerra Fria" e a subsequente perda do seu mercado cativo, o governo, a indústria bélica norte-americana buscava soluções para suplantarem a crise que a abatia, pois a opinião pública norte-americana não apoiava mais os gastos militares, já que o "inimigo", o comunismo, fora vencido.

Com o início da Guerra do Golfo, em 1990, a parceria indústria bélica - governo norte-americano é novamente fortalecida, pois eles voltaram a ter um inimigo a quem combater, no caso, Saddam Hussein, antigo aliado americano na guerra contra o Irã e cliente da indústria armamentista dos EUA. A partir daí, a sociedade norte-americana aceita passivamente que parte de seus tributos sejam destinados para reequipar o aparelho militar do Estado.

Bill Clinton, no seu primeiro mandato como presidente dos EUA, defendeu a redução dos gastos militares no orçamento norte-americano, entretanto, o lobby da indústria bélica norte-americana é assaz poderoso, e após sua reeleição em 1996, o chefe do executivo daquele país reviu sua posição e ampliou a parceria do orçamento destinada aos gastos militares.

Três dias antes da votação do processo de impeachment de Bill Clinton pela Câmara dos Representantes, o presidente norte-americano ordenou a operação Raposa do Deserto, onde juntamente com a Inglaterra bombardeou o Iraque apesar dos protestos da comunidade internacional e da própria ONU, que não fora consultada.

Todavia, o mandatário do Executivo norte-americano visava com aquela operação militar, obter dividendos políticos, pois o apoio da população inviabilizaria o seu impeachment, além de gerar lucros para a indústria bélica norte-americana (sua aliada política), já que foram utilizados mais mísseis e bombas naquela operação do que em toda Guerra do Golfo. É importante ressaltar que no ataque ao Iraque, em 1990, vários